

Remoção da população de assentamentos precários e áreas de risco em Cuiabá (MT)

Removing the population of precarious settlements and risk areas in Cuiabá (MT)

Lucimberg Camargo DIAS¹

Resumo: Este estudo trata da política de remoção e reassentamento da população que vive em assentamentos precários e em áreas de risco na cidade de Cuiabá (MT). Realizou-se uma pesquisa documental, nas secretarias e órgãos municipais de Cuiabá (MT), além de pesquisa de campo, com entrevistas com uma amostra da população. Evidenciamos que as ações desenvolvidas até agora pelo governo municipal são tardias, morosas e insuficientes perante as necessidades existentes. Os principais problemas relatados foram: a localização dos conjuntos habitacionais onde as famílias foram reassentadas, a ausência de serviços públicos e o tamanho das novas moradias. Conclui-se este artigo sugerindo alguns fatores em que as políticas de remoção e reassentamento devem-se pautar para a realização dos processos de transferência de moradores de assentamentos precários e áreas de risco.

Palavras-chave: Política habitacional. Processo de remoção e reassentamento. Áreas de risco. Assentamentos Precários.

Abstract: This study deals with the policy of removal and resettlement of the population living in precarious settlements and risk areas in the city of Cuiabá (MT). Conducted a documentary research in departments and municipal agencies in Cuiabá (MT), and field research, interviews with a sample of the population. Evidenced that the actions developed so far by the municipal government are late, slow and inadequate to the needs exist. The main problems reported were: the location of housing where families were resettled, the lack of public services and size of new homes. Conclusion is this article suggests some factors in the removal and resettlement policy should be guided to achieve the transfer processes of residents in precarious settlements and risk areas.

Keywords: Housing policy. Process of removal and resettlement. Risk areas. Precarious Settlements.

Submetido em: 29/3/2012

Aceito em: 21/5/2012

¹Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso. E-mail: <Lucimberg@ibest.com.br>.

1 Introdução

O problema da falta de habitação no Brasil não é um fato recente, que se agravou com o passar dos anos, principalmente com o intenso processo de urbanização na segunda metade do século XX. O movimento migratório da população em direção à cidade fez com que fossem criados assentamentos urbanos para abrigar essas pessoas. A demanda por habitação também cresceu ao longo do tempo, fazendo com que uma parcela da população morasse de forma improvisada e em áreas de risco.

No Brasil, no início do século XX, cortiços e favelas passaram a ser forma de moradia para uma parcela considerável da população e um problema para as autoridades nos principais centros urbanos. Por muito tempo, as políticas públicas que se reportavam às favelas e aos assentamentos precários tinham “[...] por base a remoção massiva desses núcleos para conjuntos habitacionais nas periferias das cidades” (BLANCO JUNIOR, 2006, p. 2).

Com isso, muitos moradores reassentados para conjuntos habitacionais construídos pelo Estado abandonavam ou transferiam seus financiamentos para outras pessoas, e retornavam às suas antigas moradias ou ocupavam outra área mais próxima de equipamentos públicos e do seu local de trabalho.

Com a organização de movimentos sociais de resistência, buscando o reconhecimento das favelas e dos loteamentos irregulares, a política de remoção passou

a ser discutida. Mas, apesar dos avanços nas políticas públicas para esse setor, ainda existem vários problemas no processo de remoção e reassentamento realizado em várias cidades do país, que fazem com que muitas famílias retornem para as áreas de onde foram removidas.

Em Cuiabá, assim como em grande parte das cidades do Brasil, há uma grande quantidade de pessoas vivendo em áreas de risco, em locais ocupados em terrenos frágeis, em áreas inundáveis, as margens de córregos. O governo municipal, diante desse problema, só recentemente passou a desenvolver ações para a remoção das famílias que vivem em áreas de risco em Cuiabá, após a criação da Agência Municipal de Habitação Popular em 1999.

As margens do córrego Gunitá, localizado nas regiões norte e leste de Cuiabá, estão entre as áreas de risco ocupadas na cidade. Para essa área a Prefeitura de Cuiabá está desenvolvendo um projeto que tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade e a recuperação ambiental da região. A execução desse projeto se iniciou com a remoção de parte da população que vivia às margens do córrego, que foi reassentada em um conjunto habitacional construído na cidade.

Para contribuir no entendimento de como ocorre o planejamento das políticas de remoção e reassentamento e como se dá o processo de transferência da população, tema que ainda tem poucos trabalhos produzidos, procurou-se nesta pesquisa conhecer a política de remoção e reassentamento da população que vive

em assentamentos precários e em áreas de risco na cidade de Cuiabá (MT). Enfocando o processo de remoção e reassentamento da população que vivia as margens do córrego Gunitá.

Para alcançar os objetivos deste trabalho realizou-se um levantamento, por meio de pesquisa de campo e documental, com informações nas secretarias e órgãos municipais, bem como na Agência Municipal de Habitação Popular. Para a coleta de dados realizou-se a definição de uma amostra da população utilizando-se das fórmulas estatísticas apresentadas por Barbetta (2003, p. 60). Com essa amostra realizou-se entrevistas semi-estruturadas contendo questões abertas e fechadas. A partir daí analisou-se os dados coletados, com base no marco teórico, buscando evidenciar as ações do governo municipal destinadas à remoção e reassentamento da população, as expectativas dos moradores e as formas de participação das famílias nesse processo.

2A Política de Remoção e Reassentamento no Brasil

As políticas voltadas para o problema habitacional no Brasil, implementadas a partir da década de 1930 atenderam apenas aos trabalhadores formais. Foi deixada de lado a população que não tinha uma relação formalizada de trabalho, que era “[...] moradora dos morros cariocas, dos alagados baianos e recifenses e de outras formas de aglomeração espontâneas que surgiram por todo o país” (BLANCO JUNIOR, 2006, p. 17). Para essa parcela da população as medidas tomadas pelo Estado tinham por objetivo

“[...] a extinção, substituição e remoção, fosse por meio de decretos ou leis, ou de políticas específicas” (BLANCO JUNIOR, 2006, p. 17).

A remoção dos moradores das áreas ocupadas visava erradicar os assentamentos precários, principalmente as favelas, que desvalorizavam as áreas do seu entorno. Com isso, ao remover a favela, removia-se um dos obstáculos para aumentar a supervalorização da terra, ao mesmo tempo que se levava “[...] para mais longe [...]” os seus moradores e sua pobreza (RODRIGUES, 1994, p. 41). A desocupação significava “[...] dispor de áreas em que se poderia construir, que se poderiam urbanizar ou valorizar para utilização futura” (VALLADARES, 1980, p. 31-32).

Na década de 1970, os movimentos populares que lutavam pela moradia se fortaleceram e, “[...] um marco desse período constitui-se quando em 1972, organiza-se no Rio de Janeiro o III Congresso Estadual de Favelas, no qual se define como posição política o desejo da urbanização dessas áreas e não sua remoção” (FERREIRA, 2005, p. 45). Essa pressão popular “[...] não foi apenas para que a questão habitacional estivesse presente na agenda governamental, mas também para que as políticas sociais destinadas a esta questão atendessem às reais necessidades da população” (FERREIRA, 2005, p. 48).

O Banco Nacional de Habitação a partir da década de 1970 passou a desenvolver programas que levavam infraestrutura e equipamentos públicos aos assentamen-

tos criados pela população. Um desses programas é o PROMORAR, criado em 1979, que tinha como objetivo “a erradicação de sub-habitações destituídas de condições mínimas de serviços e salubridade, através de construção de outras habitações, do estímulo ao desenvolvimento comunitário e do apoio à melhoria de infra-estrutura urbana” (FINEP, 1985, p. 94).

Atualmente, o governo federal desenvolve o Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e o Habitar Brasil (BID). Esses programas têm em comum a busca pela melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos considerados precários, construindo infraestrutura de saneamento básico e serviços públicos no local em que vivem os moradores.

Para as ações de reassentamento, remanejamento ou realocação da população para outras áreas, atualmente o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), elaborado pela Caixa Econômica Federal, é utilizado como norteador. Este documento dispõe que se deve buscar todas as alternativas que minimizem a necessidade de remanejamento, reassentamento ou realocação de famílias. E apenas deverão ser remanejadas famílias que estão expostas a riscos, e levadas para áreas próximas de onde viviam, sendo em locais dotados de infraestrutura.

Apesar desse avanço, pela ausência de políticas habitacionais eficazes voltadas para a população de baixa renda, “os assentamentos irregulares se multiplica-

ram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis” (ROLNIK, 2006, p.1). Estes habitats precários, inacabados e inseguros se tornaram o modelo predominante de assentamento nas cidades brasileiras, que vem à tona quando estes “[...] desabam, em consequência de chuvas intensas, e quando eclodem crises ambientais como o comprometimento de áreas de recarga de mananciais em função de ‘ocupação desordenada’” (ROLNIK, 2006, p.2).

A população vive nessas áreas irregulares por encontrar nelas a solução para o problema de onde morar, por estarem mais próximas de equipamentos públicos, do local de trabalho, dos parentes, dos amigos e onde tem condições de estabelecer estratégias para garantir sua sobrevivência. A ocupação dessas áreas “[...] é uma alternativa habitacional que faz parte da estrutura de provisão da habitação no Brasil” (MARICATO, 2001, p. 82). Que apesar de ilegal, está institucionalizada no país, e “[...] é tolerada porque é válvula de escape para um mercado fundiário altamente especulativo” (MARICATO, 2001, p. 83).

A omissão do poder público foi e é um “[...] modo de viabilizar uma solução habitacional ‘popular’, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores” (BONDUKI, 1998, p. 288). A falta de vontade política para resolver a necessidade de moradia para a população de baixa renda faz com que as áreas que deveriam ser preservadas sejam ocupadas diariamente em todo o país.

3As Ações de Remoção e Reassentamento na Cidade de Cuiabá

Na década 1960 fluxos migratórios passaram a exercer pressão sobre a cidade de Cuiabá, fazendo com que houvesse uma demanda por moradias muito maior do que a resposta tardia do poder público ao problema habitacional. O meio encontrado por parte da população para resolver o acesso à moradia foi o processo de ocupação de áreas públicas e particulares. Essas se espalharam por diversos pontos da cidade, em áreas sem nenhuma infraestrutura e também em locais de preservação permanente como margens de córregos, nascentes etc.

Há uma grande quantidade de pessoas vivendo em áreas de risco em Cuiabá. Os dados da Prefeitura mostram que em 2003 havia aproximadamente 7 mil pessoas nessa condição. Mas, para a Defesa Civil do município, cerca de 25 mil pessoas moram em áreas de risco na cidade. Cuiabá possui “[...] aproximadamente 1.378 hectares de áreas de risco. Destes, cerca de 566 hectares correspondem a rios e córregos, e 52,3 hectares a faixa de domínio dos linhões” (DUARTE, 2009).

Muitas das ocupações na cidade estão em terrenos frágeis, em áreas inundáveis, que em período de chuvas intensas, deixam os moradores suscetíveis a terem suas casas invadidas pelas águas, como o que aconteceu em abril de 2001 em Cuiabá, quando o córrego Três Barras sofreu uma enchente, que matou 11 pessoas e deixou centenas de desabrigados (ALVES, 2009).

Para atender aos moradores atingidos, a Prefeitura de Cuiabá conseguiu a liberação de recursos federais no valor de 5,6 milhões, por um Programa Emergencial, sendo construídas 800 casas. E com recursos do Programa Habitar Brasil-BID (PHBB) foram construídas outras 755 habitações, visando à remoção de famílias residentes em áreas de risco, sendo priorizadas as ocupantes de áreas às margens do córrego Três Barras. Essas moradias foram entregues em 2007.

Em 2005, com recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FE-THAB) o Governo do Estado em convênio com a Prefeitura de Cuiabá, construiu 263 unidades habitacionais no Residencial Sucuri para abrigar as famílias de baixa renda que viviam em áreas de risco em Cuiabá (CUIABÁ, 2010, p. 239).

As famílias reassentadas nesse conjunto habitacional relataram que as casas teriam sido construídas sem alicerce, e em virtude disso, as paredes teriam rachado e tremeriam, as telhas usadas na obra seriam de péssima qualidade. Além disso, teria sido usada uma fiação mais barata na instalação elétrica das casas, que faria com que as contas de energia ficassem mais caras (NEVES, 2006). Os moradores também reclamaram da falta de assistência em saúde, educação e transporte.

Em virtude disso, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano (SMASDH) fez um levantamento da situação sócio-econômica das famílias que habitavam o Residencial Sucuri,

que demonstrou um alto índice de desemprego entre os moradores.

Essa situação revela as condições de vida de muitas das famílias que foram desabrigados por inundações em diversos pontos da cidade ou retirados de áreas de risco e que foram reassentadas em conjuntos habitacionais. Há um alto índice de desemprego entre essa população, que para sobreviver utiliza-se das mais diversas estratégias de sobrevivência, recorrendo a parentes, amigos e vizinhos.

Mas, nesses locais que são reassentadas, as redes de sobrevivência e solidariedade ainda são escassas, principalmente por estarem distantes daqueles que sempre os ajudavam anteriormente. Geralmente, estão longe também da possibilidade de conseguir algum *bico* ou atividade temporária, que lhes daria alguma renda. Com isso, ficam numa condição muito difícil na sua nova moradia, sem recursos para se manterem.

Outra ação da Prefeitura Municipal destinada às famílias de baixa renda que moram em domicílios precários, residentes em áreas de risco ou em áreas de preservação permanente em Cuiabá, atendeu famílias do assentamento Águas Nascentes e nos bairros Jardim Florianópolis e Jardim Vitória. Pelo Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e com complemento da Prefeitura de Cuiabá, foram construídas 264 moradias no Residencial Milton Figueiredo, 150

unidades sanitárias no bairro Jardim Florianópolis e 114 melhorias habitacionais nos bairros Jardim Florianópolis e Jardim Vitória.

Com a criação da Agência Municipal de Habitação Popular algumas medidas passaram a ser tomadas para fazer frente ao problema da habitação em Cuiabá. Mas as ações até agora desenvolvidas são tardias, morosas e insuficientes perante as necessidades existentes na cidade. Pela falta de uma política habitacional efetiva, por várias décadas a única forma que a população encontrou para resolver o acesso à moradia foi o processo de ocupação de áreas sem nenhuma infraestrutura e também em locais de preservação permanente como margens de córregos, nascentes etc.

O processo de remoção e reassentamento dessas famílias tem levado anos até que elas saiam dessas áreas e passem a morar em um novo local. Essas medidas são insuficientes, pois muitas pessoas ainda residem em áreas de risco em Cuiabá. Além disso, várias famílias que foram reassentadas nos conjuntos habitacionais, venderam ou abandonaram a nova casa, voltando para onde moravam anteriormente ou instalando-se em outras áreas. Muitos por não terem condições de se manterem nas novas moradias.

Por isso, na elaboração dessas políticas deve-se levar em consideração os interesses da população que será removida, para realizar ações que promovam a sua continuidade na nova moradia e a melhoria nas condições e qualidade de vida das famílias reassentadas.

4O Processo de Remoção da População as Margens do Córrego Gunitá

As margens do córrego Gunitá, localizado nas regiões norte e leste de Cuiabá, estão entre as áreas de preservação permanente ocupadas na cidade. As primeiras moradias as margens desse córrego surgiram após a ocupação de áreas que pertenciam a Prefeitura de Cuiabá e ao Governo do Estado de Mato Grosso. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, em locais próximos aos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-MT naquela região. Por serem áreas que estavam próximas da infraestrutura urbana desses conjuntos habitacionais tornaram-se pólo de atração para essa população.

A Prefeitura de Cuiabá está desenvolvendo um projeto que tem como objetivo “[...] melhorar as condições de habitabilidade e a recuperação ambiental dessa região através da recuperação da microbacia do Córrego Gunitá” (CUIABÁ, 2008, p. 65). No Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) realizado pela Agência Municipal de Habitação Popular foram levantadas 1165 famílias vivendo as margens do Córrego Gunitá, em áreas de preservação permanente.

Para reassentar parte dessa população foi construído o Residencial Senador Jonas Pinheiro. Foram selecionadas 183 famílias que viviam as margens do córrego Gunitá para serem removidas para esse conjunto habitacional².

²A remoção dos moradores foi realizada em março de 2011. Sendo executada pelos funcionários

De acordo com o cadastro das famílias selecionadas, realizado pela Agência Municipal de Habitação Popular a renda média dessas famílias é de 1,95 salários mínimos, destas, 72% não recebem nenhum benefício social ou benefício de programas de transferência de renda. As condições de moradia dessas famílias são precárias, sendo que 74% moram em área insalubre e 26% em áreas de brejo ou alagáveis. Dos imóveis, 38% possuem até três cômodos; 30% quatro cômodos e 32% mais de quatro cômodos.

Por meio de uma amostra foram entrevistadas famílias dos seis bairros por onde passa o córrego Gunitá (Centro América, Tancredo Neves, Novo Mato Grosso, Planalto, Novo Horizonte e Vila Rosa) de onde os moradores seriam removidos³.

De acordo com os entrevistados, as famílias estavam naquela área em média há doze anos. Algumas passaram a viver ali há poucos meses, mas, algumas famílias residiam naquela área há trinta anos, sendo os primeiros moradores no entorno do córrego Gunitá.

Pela impossibilidade de conseguir uma casa legalizada e comercializada pelo mercado imobiliário formal e não sendo beneficiadas por nenhuma política habitacional desenvolvida pelo poder públi-

da Agência Municipal de Habitação Popular, Defesa Civil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assuntos Fundiários de Cuiabá (MUDANÇA..., 2011).

³As entrevistas foram realizadas em fevereiro de 2011, um mês antes de eles serem removidos para o novo local de moradia.

co, essas famílias se instalaram em uma área de preservação permanente. Por ser ela próxima de onde havia uma infraestrutura urbana e de onde pudessem se deslocar para o trabalho, o médico, a escola, etc.

Ao responder qual era o significado da casa para sua família uma parte dos entrevistados o fez revelando sua vontade de continuar morando na sua antiga habitação. Para essas famílias era difícil deixar sua casa, porque ela não representava apenas um local físico, mas um lugar único, especial, singular, onde se realizavam como serem humanos (DAMATTA, 1991, p. 25).

As casas “[...] levam um longo período para ficarem prontas, sendo construídas cômodo por cômodo, em função da disponibilidade e necessidades da família” (KOWARICK, 2009, p. 218). E contam com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos e/ou utilizam o serviço de pedreiros e serventes que cobram valores menores. Desse modo, após essa longa empreitada para a construção da casa própria, as famílias não desejavam sair da moradia que havia consumido sua energia, seu tempo, seu dinheiro, sua vida.

A maioria dos entrevistados afirmou concordar com a remoção e o reassentamento, principalmente os moradores que viviam em uma casa alugada ou cedida. Para as pessoas que viviam em uma casa alugada, deixar de pagar o aluguel é uma vantagem, assim como não mais *morar de favor* em uma casa cedida. Entre os moradores que habitavam em uma casa própria, aqueles que viviam há me-

nos tempo as margens do córrego Gumitá se posicionaram de forma favorável à transferência das famílias daquele local.

Além do número de anos na mesma casa, um dos fatores que mais influência a aceitação da remoção é a condição do local de moradia. A falta de infraestrutura, a proximidade do córrego, o medo de alagamento, o mau cheiro, a violência no bairro, são elementos que faziam as pessoas desejarem sair do lugar onde viviam.

O tamanho da casa e “[...] a composição do número de cômodos é outro fator que interfere, positiva ou negativamente, na consideração das condições do presente” (MACEDO, 1979, p. 110). A maioria dos entrevistados reclamou do tamanho da moradia do Residencial Senador Jonas Pinheiros, principalmente as famílias que tinham maior número de membro vivendo na mesma casa.

Os moradores que estavam há mais tempo as margens do córrego Gumitá e viviam em uma casa própria são os que apresentavam em sua maioria uma opinião contrária a remoção das famílias. Os moradores que estavam há mais tempo na área, já tinham estabelecido uma série de relações naquele espaço.

As relações de vizinhança e a sociabilidade são importantes, sendo comum a troca de favores entre vizinhos e amigos, formando uma rede de relações sociais que servem como infra-estrutura aos mecanismos de sobrevivência das famílias (HAGUETTE, 1972).

As condições de conservação da casa é um fator que interferiu na opinião do morador sobre a remoção dos moradores daquela área. Para aqueles que viviam em uma casa em piores condições de construção e de conservação a mudança para uma casa nova era uma necessidade, principalmente para os que não tinham condições de reformar e melhorar a moradia onde estavam. A situação de irregularidade da moradia é um aspecto que fazia com que os moradores aceitassem a transferência para o Residencial Senador Jonas Pinheiro.

O tamanho da nova casa, a localização do residencial, a distância de alguns serviços públicos e a ausência de um comércio local foram as razões mais citadas pelos moradores para serem contrários a remoção.

A expectativa da maior parte das famílias com relação ao local que passariam a morar era de viverem em um lugar com melhores condições de habitação. Os recursos de infraestrutura, “[...] água, luz, pavimentação das ruas, acesso aos meios de condução, são importante item na comparação de locais de residência” (MACEDO, 1979, p. 110).

Para vários moradores o que seria mais difícil deixar para trás seriam os familiares. A cooperação familiar é um importante recurso de sobrevivência no contexto urbano, os vínculos de parentesco surgem como um grande instrumento a ser acionado para o amparo da família em situações de necessidades (MACEDO, 1979). Além dos vínculos afetivos na relação familiar, a proximidade dos pa-

rentes representa um auxílio em momentos de dificuldades.

A proximidade a serviços públicos, a um comércio variado e a opções de lazer, foi relatado como algo que faria grande falta para os moradores. A ausência de posto de saúde e escola próximos é o que mais preocupava alguns moradores com relação à mudança.

Quase todos os entrevistados afirmaram ter participado das reuniões sobre a transferência dos moradores realizadas pela Agência Municipal de Habitação Popular de Cuiabá. De acordo com os moradores, nessas reuniões foram passadas as informações sobre o processo de transferência das famílias para o Residencial Senador Jonas Pinheiro e os procedimentos que seriam realizados.

Alguns moradores acreditavam que essas reuniões não possibilitavam a resolução dos problemas levantados por eles. Segundo Kowarick (1988, p. 21) a prática construída dentro de um dia-a-dia massacrante “[...] funciona, no mais das vezes, como elemento desmobilizador, na medida em que a participação tem um custo imediato maior a dos resultados que se pretende atingir, sempre demorados e freqüentemente não obtidos”.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, nas reuniões, as decisões tomadas pelos funcionários da Agência de Habitação Popular de Cuiabá sobre o processo de remoção não eram discutidas previamente com os moradores. Alguns moradores não viam alternativas frente à decisão de transferência das fa-

mílias daquele local. Sentiam-se coagidos a sair, e por não ter condições financeiras para pagar um advogado, aceitaram a decisão, como afirmado por uma entrevistada.

Para vários entrevistados deveriam ser realizadas algumas obras no entorno do córrego Gumitá para evitar a remoção das famílias. De acordo com os moradores existiam outras possibilidades que poderiam ser implementadas pela Prefeitura para evitar esse processo desde o seu princípio, fiscalizando as construções de moradias em áreas de risco.

O local em que foi erguido o Residencial Senador Jonas Pinheiro poderia ter sido outro de acordo com alguns entrevistados. Consideram que eles poderiam ser removidos para um local mais próximo da área em que eles viviam. Mas, por serem famílias de baixa renda, teriam que mudar para casas em um lugar distante, como afirmou um entrevistado.

Foram entrevistados dois profissionais da Agência Municipal de Habitação Popular de Cuiabá. Uma assistente social, que era a responsável técnica pelo processo de remoção de reassentamento dos moradores do entorno do córrego Gumitá, e um engenheiro, que era o coordenador de projetos de obras de engenharia e acompanhou a obra do Residencial Senador Jonas Pinheiro.

Os técnicos responsáveis pelo processo de remoção tinham conhecimento que essa ação causou uma grande mudança na vida dessas famílias. Que tinham organizadas há vários anos as atividades

que garantiam a sua sobrevivência, além do vínculo com o local onde estavam e com a casa que muitas vezes eles mesmos haviam construído.

Por isso, os técnicos da Agência Municipal de Habitação Popular de Cuiabá, reconhecem a necessidade de remover as famílias para lugares próximos de onde vivem, para evitar uma maior ruptura das relações estabelecidas pelos moradores na área de origem.

Uma medida tomada pela Agência de Habitação Popular de Cuiabá que visava à permanência das famílias no Residencial Senador Jonas Pinheiros é a de separar as famílias que viviam em coabitação, reassentando as famílias em casas diferentes, possibilitando também a escolha do endereço.

Foi uma ação importante, que auxiliará os moradores no processo de adaptação ao novo local. Mantendo as relações de vizinhança estabelecidas, e também propiciará às famílias que viviam em coabitação realizar o desejo de morar em uma casa que é *só sua*.

Mas, apesar de significativas, essas medidas não são suficientes para condicionar a permanência dessas famílias na área do reassentamento. Pois, como mostrado nas entrevistas, à quebra dos vínculos de vizinhança e familiar, não foi o único fator levantado pelos moradores que fazia com que eles não desejassem ir para o residencial e que seria um elemento negativo para a permanência.

Apesar de o projeto estabelecer a participação da população “[...] em todas as etapas, desde a concepção até a realização e monitoramento das ações desenvolvidas pelo Programa” (CUIABÁ, 2008, p. 66), a realidade não tem sido essa. Como afirma Baquero (2003, p. 84), “[...] apesar do reconhecimento do papel do indivíduo no processo político, poucos esforços têm sido empreendidos para materializar esse papel na realidade cotidiana”.

Os moradores do entorno do córrego Gumitã não participaram da concepção do projeto de remoção. E as reuniões realizadas, segundo os entrevistados, tiveram o objetivo de apenas passar informes. Não ocorrendo nenhuma deliberação em conjunto com os moradores. O que acabou comprometendo o desenvolvimento de práticas de participação da população.

Várias medidas devem ser tomadas para melhorar os processos de remoção e reassentamento. Como relatado pelos moradores, eles seriam levados para um local em que não havia serviços públicos próximos. As creches, escolas, postos de saúde, policlínicas não seriam acessadas com a mesma facilidade que eles tinham, o que preocupava a muitos deles. A ausência de equipamentos de lazer e de um comércio que suprisse as necessidades das famílias também eram fatores que os afligiam. Deste modo, a presença de serviços públicos, equipamentos de lazer e de comércio próximos, são requisitos que devem estar presentes nos conjuntos habitacionais em que serão removidas as famílias.

A participação da população nos projetos de remoção e reassentamento é essencial, não apenas no acompanhamento na execução das obras, mas, desde a sua concepção. De acordo com os moradores, no processo em realização no entorno do córrego Gumitã, essa participação foi muito restrita, apesar dos meios disponibilizados pela Agência de Habitação Popular de Cuiabá. É necessário que os técnicos e gestores envolvidos nessas ações, ampliem a percepção do que é participação popular e de sua importância, que não se limita ao acesso à informação e à escolha do número da casa.

Por meio de uma maior participação da população, alguns problemas nesses processos seriam evitados. Os moradores deveriam ser chamados a opinar desde o princípio, pois, são decisões que mudam completamente o seu modo de vida. Como observamos, os moradores conseguem elaborar alternativas que diminuiriam os impactos no cotidiano de suas famílias.

No espaço urbano de Cuiabá, assim como ocorre em outras cidades, a distribuição da população e das atividades econômicas “[...] segue a regra básica do jogo capitalista: quem tem mais poder aquisitivo se instala melhor na estrutura da cidade em relação à moradia, ao emprego, à oferta de serviços urbanos” (VILARINHO NETO, 2009, p. 85).

A escolha do local do reassentamento das famílias não deve levar em conta apenas interesses políticos e econômicos, de valorização de uma área para empre-

endimentos privados. Deve ser pensada a partir das necessidades da população, avaliando suas sugestões.

Como afirma Nalin (2007, p. 129) “[...] não é somente o morar, mas como morar”. Pois, a simples provisão de moradia não é capaz de melhorar as condições de vida das famílias. É preciso haver uma diversificação dos modelos das moradias, com número de cômodos de acordo com o tamanho das famílias. Revendo a localização dos conjuntos habitacionais e o tamanho das casas construídas.

Segundo Valladares (1980, p. 34-35) a edificação de habitações populares compensa economicamente as empresas de construção civil, por ser uma construção em série, há o barateamento do custo do metro quadrado construído. E ainda, por se tratarem de habitações de baixo custo, geralmente se empregam materiais de construção de qualidade inferior, o que compensa ainda mais a iniciativa privada.

A construção de conjuntos habitacionais deve ter como único objetivo propiciar o acesso à moradia as famílias, e não o de gerar contratos às empresas de construção civil para a edificação de empreendimentos.

A morosidade na execução do processo de remoção deve ser repensada, diminuir a demora que ocorre para que a família seja reassentada no novo local é muito importante. Com isso, evitar-se-ia o sofrimento relatado por alguns moradores.

A presença de profissionais de áreas diferentes, além dos assistentes sociais, como advogados, antropólogos, psicólogos, sociólogos contribuiria para melhorar o trabalho técnico social prestado às famílias, aprimorando o atendimento às necessidades dos moradores.

Dar condições para que a população permaneça no local de reassentamento é uma questão fundamental. É necessário implementar programas de geração de renda, cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento, linhas de crédito para abertura de pequenos negócios, etc. Pois, devem ser possibilitadas alternativas para que as famílias encontrem novos meios para comporem a sua renda, que em muitos casos está ligada a alguma atividade que só era possível realizar no local em que saiu.

5 Considerações Finais

Os estudos sobre a remoção e reassentamento realizados em algumas cidades do país demonstram que nesse processo ocorrem várias falhas que fazem com que as famílias reassentadas enfrentem uma série de dificuldades na nova habitação. Com a justificativa de diminuir os custos, são erguidos os conjuntos habitacionais em áreas distantes. Mas que são desprovidos de infraestrutura, serviços públicos e afastados dos postos de trabalho. Causando o aumento nos custos de deslocamentos, dificultando o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e lazer. E retirando muitas vezes os meios de sobrevivência que existiam no local de moradia anterior.

Em Cuiabá, assim como nas grandes cidades do país, pela falta de uma política habitacional efetiva, por várias décadas a única forma que a população encontrou para resolver o acesso à moradia foi o processo de ocupação de áreas sem nenhuma infraestrutura e também em locais de preservação permanente como margens de córregos, nascentes etc.

A partir do ano 2000, o governo municipal passou a tomar algumas medidas para o enfrentamento do problema da habitação em Cuiabá, após a criação da Agência Municipal de Habitação no ano anterior. Mas, algumas ações só foram executadas após a enchente no córrego Três Barras, no ano de 2001, que causou várias mortes.

Após este fato, começaram a ser realizados pela Prefeitura de Cuiabá a remoção e o reassentamento de algumas famílias que viviam em áreas de risco e em precárias condições de habitabilidade em alguns pontos da cidade. Mas, como vimos, essas ações têm sido pouco eficientes, levando anos até que as famílias saiam dessas áreas e passem a morar em um novo local. A maioria dos residenciais construídos se localiza em locais afastados das áreas centrais da cidade e distantes dos lugares de onde as famílias foram removidas. Algumas dessas casas erguidas para essa população apresentaram problemas construtivos, com rachaduras nas paredes, goteiras no telhado e defeitos na fiação elétrica.

Apesar de importantes, essas medidas ainda são insuficientes, pois muitas pessoas ainda residem em áreas de risco em

Cuiabá, nas margens de córregos, em condições de moradia precárias, em situação insalubre, suscetíveis a terem as casas alagadas.

Baseando-se nos relatos dos moradores do entorno do córrego Gunitá, dos técnicos responsáveis pelo processo de remoção dessas famílias e nos estudos realizados, sugerimos alguns fatores em que as políticas de remoção e reassentamento devem-se pautar para a realização desses processos:

- A participação da população nos projetos de remoção e reassentamento deve acontecer desde a sua concepção.
- A escolha do local do reassentamento deve se dar a partir das necessidades da população e avaliando suas sugestões. Tendo como pré-requisito a presença de infraestrutura urbana, serviços públicos, comércio e opções de lazer.
- A construção conjuntos habitacionais deve ocorrer com um número menor de moradias.
- Deve haver uma diversificação dos modelos das moradias, com número de cômodos de acordo com o tamanho das famílias.
- Deve acontecer o encurtamento do tempo que ocorre para que as famílias sejam reassentadas no novo local.
- A realização do trabalho técnico social e dos plantões sociais deve contar com a presença de profissionais de áreas diferentes, além dos assistentes sociais, como advogados, antropólogos, psicólogos, sociólogos.
- Deve se dar a implementação de programas de geração de renda, cursos

profissionalizantes e de aperfeiçoamento, linhas de crédito para abertura de pequenos negócios, etc.

Com essas sugestões busca-se contribuir para que se diminuam os impactos causados por esse processo na vida dessas famílias. Pois, todos têm direito a uma moradia adequada e bem localizada!

6 Referências Bibliográficas

ALVES, Alecy. **Prefeitura apresenta oficialmente o Programa de Recuperação do Córrego Gumitá**. 16jun.2009. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/noticia.jsp?id=18978>>. Acesso em: 16jun.2010.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o Capital Social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p.83-108, 2003.

BARBETTA, Pedro Alberto. Técnicas de Amostragem. In: _____. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 41-65.

BLANCO JUNIOR, Cid. **As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa pró-

pria. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 4.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DUARTE, Fernando. 25 mil pessoas vivem em áreas de risco em Cuiabá. **Gazeta Digital**, Cuiabá, 20 dez.2009. Cidades. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=245939&codcaderno=19&GID=34154587ad728a84e4b0161613cafa14&GED=6603&GEDDATA=2009-12-20>>. Acesso em: 26out.2010.

FERREIRA, Roberta Oliveira. **Participação Social e Políticas Sociais: o trabalho desenvolvido pelo Programa Morar Legal da Secretaria Municipal de Habitação do Município do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Política Social) Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FINEP. **Habitação Popular: Inventário da ação governamental**. Rio de Janeiro: FINEP, 1985.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **O mito das estratégias de sobrevivência**. Fortaleza: UFC, 1972.

KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade: impasses e desafios. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-326.

- _____. **Viver em Risco:** Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MACEDO, Carmen Cinira. **A Reprodução da Desigualdade.** São Paulo: Hucitec, 1979.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MUDANÇA das famílias das margens do córrego Gunitá transcorre normalmente. 30mar.2011. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/noticias?id=2432>>. Acesso em: 31mar.2011.
- NALIN, Nilene Maria. **Os Significados da Moradia:** um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- NEVES, Patrícia. Casas populares revelam rachaduras. **Gazeta Digital**, Cuiabá. 7 dez. 2006. Cidades. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br>>. Acesso em: 28out.2010.
- CUIABÁ (MT). Prefeitura. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Perfil Sócio-Econômico de Cuiabá.** Cuiabá: Central de Texto, 2010. Vol. 4.
- _____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá:** Lei Complementar nº 150 de 29 de janeiro de 2007. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 5. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).
- ROLNIK, Raquel. A Construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** 12 fev.2006. p. 199-210. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio1_raquel12.pdf>.
- VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa:** análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- VILARINHO NETO, Cornélio S. **A Metropolição Regional:** formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2009.